

## Montoro acusa "forças" de protelar aprovação

São Paulo — Sem indicar pistas, sem citar nomes — "até porque não tenho informações suficientes ainda" —, o ex-governador e presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú, o ex-chanceler Olavo Setúbal — Montoro alertou que "retardar a aprovação da nova Constituição é trair o Brasil" e apelou à opinião pública para pressionar os parlamentares e "obrigar a Assembleia Constituinte a cumprir seu trabalho".

Um dos participantes da reunião do Comitê Executivo da Comissão Sul-Americana pela Paz — ao lado presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú, o ex-chanceler Olavo Setúbal — Montoro alertou que "retardar a aprovação da nova Constituição é trair o Brasil" e apelou à opinião pública para pressionar os parlamentares e "obrigar a Assembleia Constituinte a cumprir seu trabalho".

## Chiarelli defende partidos

Porto Alegre — O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, advertiu ontem que a Constituinte corre grande risco de continuar o processo de predomínio de grupos suprapartidários como o "Centrão". Preocupado com o que chama de "erosão partidária", Chiarelli enfatizou que apenas através dos partidos, será possível realizar acordos que agilizem a aprovação dos artigos da nova Constituição.

Se os partidos não retomarem seu predomínio, Chiarelli teme que seja impossível até organizar o processo de deliberação na Constituinte. afirmou que hoje mais ninguém tem maioria constituída, nem mesmo o "Centrão", que

## Covas rebate ataques e culpa conservadores

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, de São Paulo, declarou-se perplexo diante da maioria das análises políticas publicadas nos jornais de ontem, que lhe atribuíam toda a responsabilidade pelo impasse existente na Assembleia, em torno do regimento dos trabalhos constitucionais.

Covas assinalou ter feito o que lhe fora possível, para evitar esse impasse e firmar o acordo com o "Centrão", sobre o regimento da Constituinte. Os centristas, no entanto, não toparam o acordo e estabeleceram dificuldades de toda ordem.

A rigor, segundo Covas, o "Centrão" queria que o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral começasse a fluir apenas no dia 4 de janeiro do próximo ano. Não tendo havido acordo sobre o regimento, porém, o prazo de emendas ao projeto de Cabral começará muito mais tarde, o que atrasará a aprovação da futura Carta Magna brasileira. De acordo com os cálculos de Covas, em face da intransigência do "Centrão" o projeto Cabral só começará a ser votado no plenário da Constituinte no dia 25 de janeiro de 1988.

Para demonstrar o absurdo de certas exigências do "Centrão", sobretudo resultantes do propósito de cercar o papel dos pequenos partidos na Constituinte, Covas lembrou que os centristas haviam fixado em 280 assinaturas o número mínimo de apoio aos pedidos de destaque a qualquer dispositivo do projeto constitucional.

O PT e os demais partidos pequenos realmente protestaram contra o exagero desse número e o "Centrão" acabou concordando em reduzir a cifra para 140 assinaturas. Houve ainda reações dos líderes daqueles partidos, mas todos eles acabaram aceitando a oferta de Covas, de usarem assinaturas de parlamentares do PMDB, sempre que precisassem completar aquele quorum. Contornando esse obstáculo, o "Centrão", alegou, afinal, que só aceitaria a contagem de prazo para apresentação de emendas ao projeto Cabral a partir do dia 4 de janeiro. Apesar disso, no entanto, os centristas se retiraram de Brasília, an-

## Líder prevê texto equilibrado

Para o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, a Assembleia Nacional, não obstante as vitórias sucessivas obtidas pelo "Centrão", "produzirá um texto equilibrado, mantendo grande parte do que foi aprovado pela Comissão de Sistematização".

O senador fez essas observações ontem, em Brasília, durante conversa com jornalistas. Para ele, o "Centrão" "é uma maioria flutuante", que oscilará diante de cada questão concreta. Citou o caso, por exemplo, de um de seus líderes, o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que, no caso da saúde, já votou na Comissão de Sistematização e certamente continuará votando, em plenário, pelo texto do projeto de Constituição. E esse é um dos capítulos considerados "estatizantes".

Admite o líder peemedebista haver no projeto "alguns absurdos e exageros", mas "muito menos do que procuram dar a entender,

alçado à ausência de uma Constituição "moderna e avançada", o principal problema do Brasil, porque ninguém faz grande projeto ou investimento sem um mínimo de segurança".

Paralelamente a esta preocupação, Montoro vem ampliando seus contatos com os integrantes do "PMDB histórico", como os governadores Waldir Pires (BA), Pedro Simon (RS), Carlos Bezerra (MT) e Max Mauro (ES), na tentativa de integrá-los ao grupo formado, entre outros, por ele mesmo, pelos senadores Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa e pelo deputado José Serra, que se articula "não para formar um novo partido", mas para se fixarem como corrente majoritária na legenda, de modo a reconduzi-la à sua linha programática.

"Se alguém tiver que sair", atacou Montoro, sem meias palavras, "são os fisiológicos". Certo de que o PMDB, em sua maioria e especialmente nas bases, é "fundamentalmente programático", o ex-governador acredita que esta corrente acabará retomando a legenda.

apenas em uma oportunidade, "apesar de toda sua parafernália de mobilização", conseguiu ter mais de 280 votos, o necessário para aprovar questões temáticas. Chiarelli recomendou que todos tenham humildade para reconhecer a inexistência de maioria, primeiro estágio para retomada das negociações.

Esperançoso, Chiarelli vê no surgimento do "Centrinho" e de outros grupos o início do desgaste dos grupos suprapartidários, atribuindo esta reação a posições extremadas e radicalismos do "Centrão". Chiarelli reconhece ser inevitável uma acomodação partidária até o final da Constituinte.



Criticas deixam Covas perplexo

tes de serem votados os destaques do PMDB ao regimento da Constituinte.

PMDB Embora pressionado por diversos correligionários, para que não continue no PMDB, onde vem sendo derrotado pelos peemedebistas do "Centrão", Covas salientou que quem deve desligar-se do partido não é ele, mas os que não cumprem os compromissos do programa partidário, graças aos quais, por sinal, foram eleitos constituintes em 15 de novembro de 1986.

Depois, Covas contestou que o projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte, seja estatizante, xenofóbico ou contrário aos interesses do empresariado brasileiro. Mostrou o líder que o princípio da estabilidade no emprego é contemplado, hoje, em quase todas as nações do mundo ocidental. Além disso, em nenhum país se dispensa o trabalhador da forma como se faz no Brasil, sem maiores considerações pelos interesses dos assatariados Quanto à jornada de 44 horas semanais de trabalho, explicou que esse mesmo período também é comum em quase todos os países do mundo. Finalmente, referindo-se ao problema da distribuição de derivado de petróleo, lembrou que não se cogita, aí, de estatizar tal atividade, mas de atribuí-la a grupos organizados no Brasil.

"Dizem que é estatizante. Mas pela primeira vez se estabelece que nenhuma empresa estatal poderá ser criada sem aprovação do Congresso Nacional. Meu Deus, onde está a estatização? Dizem que é contra o capital estrangeiro. Ora, o projeto diz até que uma empresa de capital estrangeiro é brasileira. Isso não existe em parte nenhuma do mundo. O que há no projeto contra o capital estrangeiro? Nada. A não ser a vedação para atuar na área de mineração. Mas isso é natural. Em todo lugar é assim".

Concorda Mário Covas em que o dispositivo que tornou a distribuição dos derivados de petróleo monopólio da União é um exagero que "traz menos proveito do que prejuízos para o País" e está certo de que será derrubado em plenário. Mas contesta que isso seja "estatização". É, sim — disse — nacionalização. Seu objetivo é tornar a distribuição privativa de empresas nacionais.

# Maciel articula uma chapa em SP com Aureliano e Ermírio



Aureliano (E) é candidato do PFL e Ermírio (D) vem se colocando bem nas pesquisas para Presidência

## Sem possibilidade de acordo, regimento só sairá em janeiro

Luis Eduardo Costa

A conclusão da votação do substitutivo que altera o regimento interno da Constituinte vai ficar mesmo para janeiro. No Congresso a convicção é de que a sessão desta terça-feira, não terá quorum para ser realizada a votação final do projeto por dois motivos: ao "Centrão" interessa jogar a votação para janeiro para ter mais tempo de recolher assinaturas para suas emendas e as esquerdas vão obstruir a sessão se não houver um acordo que atenda aos seus interesses.

Um acordo entre as duas facções, que poderia agilizar a votação e aprovar a alteração do regimento ainda este ano, é considerado impossível. O PT e o PDT não abrem mão dos seus destaques que por requerimento dos deputados José Lourenço (PFL-BA) e Roberto

Cardoso Alves (PMDB-SP) deveriam ser votados de uma só vez. A votação deveria ser realizada por voto de lideranças, mas como o PT e o PDT pediram votação de quorum, a sessão foi adiada. O mesmo deverá acontecer nesta terça-feira.

Para o "Centrão" não interessa terminar de votar o substitutivo da Mesa da Constituinte, porque a intenção é ganhar tempo, recolhendo mais assinaturas para suas emendas e costurando acordo em torno de alguns temas dentro do próprio grupo. O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), dissimula essa intenção. Prefere dizer que a sessão não terá quorum por três motivos: a greve dos aeronautas, as festas de fim de ano e o cansaço dos membros do grupo.

Sem acordo Na esquerda a convicção é a

mesma. Na sessão da quinta-feira, o PT firmou sua posição de lutar para colocar os seus destaques no substitutivo da Mesa e não deverá abrir mão dessa atitude a não ser que seja atendida sua principal reivindicação que é a de se estabelecer o número de 56 assinaturas para o requerimento para votação dos destaques em separado.

Além dessa questão, o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), deixou claro no final da sessão que vai pedir verificação de quorum em todas as votações da Constituinte. Ele quer ver o "Centrão" mobilizar 280 Constituintes para colocar no plenário. O vice-líder do partido, deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) também considera muito difícil a obtenção de quorum nesta terça-feira. "Só se houver algum acordo até lá, o que é muito difícil acontecer", afirma.

## Centrão confirma falta de quorum

O "Centrão" não vai convocar seus integrantes para a reunião de terça-feira, prevista para encerrar a votação do regimento interno da Constituinte. O grupo só vai estar em Brasília no dia 4 de janeiro, segundo informou ontem o líder em exercício do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira.

O parlamentar criticou a intransigência dos partidos de esquerda e J de parcela do PMDB, que — segundo ele — impediu que a votação do regimento interno fosse concluída quinta-feira. «Nós cedemos até onde a maioria poderia ceder, mas não vamos permitir que a minoria comande a Constituinte» — afirmou Inocêncio Oliveira.

## Igreja incentiva críticas ao grupo

Vitória — Começam a ser lidas amanhã em todas as igrejas capixabas, por determinação do arcebispo metropolitano de Vitória, D. Silvestre Scandiam, a nota da Comissão de Justiça e Paz do Estado que condena os parlamentares do Estado que se organizaram no "Centrão". A nota repudia o ato e assegura que o "Centrão" dificulta as pequenas conquistas populares conseguidas na Comissão de Sistematização, além de distinguir a condição ideológica de cada um deles.

O documento relaciona o senador Gerson Camata (PMDB), deputados Pedro Ceolim e Stelio Dias, do PFL, e Nyder Barbosa do PMDB. Ao encaminhar a nota da Comissão de Justiça e Paz, o arcebispo de Vitória, D. Silvestre Scandiam, pede aos padres que divulgue o documento, incentive os fiéis a passar telegramas para os constituintes capixabas, cobrando deles "posicionamento condigno com as aspirações da maioria do nosso povo".

Defendendo-se da acusação, o senador Gerson Camata, disse que o "Centrão" foi meramente um instrumento para alterar o regimento interno da Constituinte. «Nas demais posições — assegurou — o bloco se desfaz. Mas eu não posso concordar a com a forma inquisitória que a igreja age conosco, sem nos ouvir e condenando de saída. Isso é lamentável».

## Votação atrasa um mês

Na melhor das hipóteses, o plenário da Assembleia Nacional Constituinte só começará a apreciar o projeto de Constituição no final de janeiro. Com o atraso da votação do Regimento Interno, que já deveria ter sido concluído, não fossem as divergências entre o "Centrão" e a esquerda, as lideranças partidárias já têm como certo esse período para que a Constituinte volte a funcionar efetivamente.

O atraso se dará porque, com o impasse causado na votação do regimento, todos os prazos na Constituinte foram dilatados. O regimento só ficará pronto na primeira semana de janeiro. Pela tramitação do processo legislativo, já alterado pelo substitutivo da Mesa e que deverá permanecer, os constituintes terão sete dias para apresentarem emendas ao projeto de Constituição. Isso, um dia após a publicação do substitutivo da Mesa pelo avulso da Câmara.

Após esses períodos, o relator da Comissão de Siste-

matização terá mais sete dias para dar seu parecer sobre as emendas apresentadas. Publicado o parecer, os constituintes terão mais três dias para pedir destaques das emendas apresentadas — o destaque dá prioridade para que a emenda seja votada em detrimento das demais. Em seguida, é dado mais um dia para que os pedidos de destaques sejam apresentados. Após a publicação, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), marca a sessão, que pode ser realizada no dia seguinte à publicação.

O deputado Inocêncio de Oliveira, vice-líder do PFL e um dos membros do "Centrão", avalia que por esse prazo o projeto de Constituição só começaria a ser apreciado pelo plenário da Constituinte entre os dias 27 e 28 de janeiro. De acordo com Inocêncio, com esse atraso o mais provável é que a Constituição só fique pronta em meados de abril, isso se não houver novos impasses até lá.

## Cabral critica atraso no calendário da Carta

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), criticou ontem o novo adiamento no calendário da Assembleia, que só voltará a funcionar no dia 4 de janeiro, embora haja sessão marcada para terça-feira. Para ele, a protelação favorece àqueles que querem cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e aos que estão interessados na desmoralização da Constituinte.

Já os líderes do "Centrão", que propuseram os novos prazos, concordam que na prática é inviável realizar eleições presidenciais em 88. A justificativa de que o adiamento se fazia necessário, para que nos próximos dias os constituintes se dediquem às negociações temáticas, caiu no vazio. Desde ontem, o Congresso vive um recasso branco, que nem mesmo a greve dos aeroviários conseguiu evitar.

Segundo Bernardo Cabral, esta paralisação nos trabalhos implica no crescimento da desconfiança popular na Constituinte. Ao mesmo tempo, ele acha possível que algumas lideranças aproveitem o



Relator Bernardo Cabral (AM)

recesso para buscar o entendimento. Criticou ainda o tempo perdido com a discussão regimental.

Os líderes do "Centrão", no entanto, responsabilizaram as esquerdas pelo retardamento do início das votações. Segundo o líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), o "Centrão", propôs o adiamento do prazo para apresentação de emendas ao projeto de Constituição, mas contava com o fato de a Assembleia terminar a votação do Regimento Interno neste ano.

A articulação de uma chapa presidencial composta por Aureliano Chaves (PFL) e o empresário paulista Antônio Ermírio de Moraes, filiado ao PTB, como vice, reúne na próxima segunda-feira, em São Paulo, o senador Marco Maciel e o ministro das Minas e Energia para uma análise dos acontecimentos políticos das duas últimas semanas. Este será o primeiro encontro dos dois após o retorno de Aureliano do exterior.

Maciel revelou que pretende lançar as consultas às bases em 28 de fevereiro, quando se inicia o calendário de convenções do partido. Na próxima semana, segundo o senador, deve ser concluído o projeto das prévias, que está sendo elaborado pelo secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS). Mas a ideia de Maciel é submeter o projeto aos presidentes de diretórios regionais, antes de aprová-lo em convenção nacional.

O ministro Aureliano Chaves não se sente animado a dar qualquer impulso à sua candidatura antes de a Constituinte definir a duração do mandato presidencial e a forma de governo, o que não impede que conversações sejam mantidas pelo senador Marco Maciel, que tem ido constantemente a São Paulo.

Brizola Enquanto não vê condições de impulsionar a candidatura do PFL, Maciel procura fórmulas para tentar resgatar a imagem do partido, e já marcou reuniões para tentar formular propostas do PFL para a Constituinte, pois considera que a sigla vem submergindo em função dos embates que se travam em torno da nova Carta, em que o quadro partidário praticamente se dilui com a formação de grupos suprapartidários. Na quarta-feira, Maciel convoca a Executiva Nacional do partido para uma análise do novo pacote econômico do Governo, como mais uma estratégia de "marcar posição" em relação à atual conjuntura. O senador tem ainda encontro marcado com o presidente do PDT, Leonel Brizola, no próximo dia 17, no Rio, dentro de seu programa de contatos com todos os presidentes de partidos, a fim de buscar consenso para questões polêmicas da Constituinte.

## Empresário ganha entre estudantes

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, que em 86 perdeu a eleição para governador de São Paulo mas apareceu em pesquisas como o preferido dos operários, é também o candidato à Presidência da República predileto dos estudantes das universidades de Brasília. Ermírio foi o primeiro colocado, com 11% dos votos, numa pesquisa que será publicada no próximo número do jornal Campus, do Departamento de Comunicação da UnB, enquanto candidatos mais à esquerda, como Luis Inácio da Silva e Leonel Brizola, ficaram com apenas 5,8% e 6,3% das preferências respectivamente.

A maioria, no entanto, não sabe em quem votar: 38,5% responderam "não sei" ou votaram em branco. A outra pergunta da pesquisa era sobre sistema de Governo. O parlamentarismo perde de longe para o presidencialismo na opinião do corpo docente: 43% contra 25,5%.

Outros O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, ficou em segundo lugar com 7% e o sociólogo e líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso 3,3%, perdeu para o ex-ministro Dilson Funaro (3,8%). O governador de São Paulo, Orestes Quercia, e o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, dois candidatos em campanha, obtiveram 3% e 2%. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ficou junto com o ex-guerrilheiro, e jornalista Fernando Gabeira, com 0,7%. Paulo Maluf saiu-se melhor, conseguiu 1% dos votos.

## Senador rejeita proposta de líder

Recife — O senador Marco Maciel, presidente nacional do PFL, disse ontem que os integrantes do partido, "independente dos grupos a que pertençam, ou venham a pertencer", devem se unir em torno do que chamou de um moderno liberalismo brasileiro, uma ideologia, segundo ele, "enraizada na alma do nosso povo". Nesta capital, onde se encontra desde quinta-feira para fazer contatos políticos, Maciel negou que pretenda promover a unidade do partido com base nas ideias do "Centrão", conforme proposta definida pelo líder José Lourenço. «Não tenho, com relação ao "Centrão", nenhum compromisso de natureza temática».

Marco Maciel rejeitou a ideia de uma reforma ministerial que reflita a atual correlação de forças de centro do Congresso constituinte, outra tese patrocinada pelos pefelistas do "Centrão". Primeiro, porque, em sua opinião, este é um assunto que só deve ser discutido na próxima convenção nacional, quando será definida a postura do partido em relação ao Governo Federal, ou seja, se o PFL continua ou não a apoiar o presidente Sarney e se deve participar desse Governo, e depois, argumentou Maciel, este é um assunto da alçada exclusiva do próprio Presidente».